

Invasão Ilícita da Ucrânia
A guerra dos vencidos

Illicit Invasion of Ukraine
The war of the vanquished

MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE¹

Resumo:

Este pequeno texto fala-nos de uma realidade jurídico-política assente na derrota de todos, consequência da assertiva teoria do terceiro ausente, alertando que as palavras, que são atos que têm muita força, devem, em muitos momentos, ser substituídas por ações. A falta de consciência histórica gera espaços de tolerância intolerável, de guerra, de morte e da sobrevivência de vencidos.

Palavras-Chave: guerra, direito, vida, pessoas, agressão.

Abstract:

This short text tells us about a legal-political reality based on the defeat of all, a consequence of the assertive theory of the absent third, warning that words, which are acts with force, must, in many moments, be replaced by actions. The lack of historical awareness makes spaces of intolerable tolerance, war, death, and the survival of the vanquished.

Keywords: war, law, life, people, aggression.

¹ 1Doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa. Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica Internacional. Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa Diretor e Investigador do Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da UAL [Projeto: Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional]. Advogado e Jurisconsulto. Email manuelmonteirovalente@gmail.com

1. A guerra é um ato brutal que só apresenta vencidos. Todos somos e seremos vencidos, perdedores sem mácula. Tudo é e sairá vencido: Estados, instituições e pessoas. A ideia da guerra justa é uma utopia, porque nenhuma guerra é justa. Diferente seria se fosse uma guerra de legítima defesa ou em legítima defesa. Mas esta guerra brutal da Rússia propalada e efetivada com uma invasão militar em território e na soberania de um Estado – Ucrânia – não tem qualquer fundamento jurídico, qualquer fundamento de Direito, nem mesmo qualquer fundamento militar e político. É a guerra de um homem, e do seu grupo, para esfumçar os problemas internos e para, por meio da guerra e do inimigo externo, poder sobreviver no poder. É, por esta e todas as razões, uma guerra da qual não haverá vencedores, mas tão-só vencidos.

O próprio Direito, a justiça, que surgiu e se afirmou para negar a violência, para trazer equidade aos conflitos, parece perante a ambição de um *homem do século XX, como muito poder, e mentalidade do século XIX*. Pensamos terem sido estas as palavras de Angel Merkel ao referir-se a Vladimir Putin. E o Direito do século XXI, por mais que esteja sofisticado e ajustado, faliu perante uma ação centrada numa ideia imperial do século XIX. Faliu porque está construído e edificado em axiomas de hegemonias políticas e militares e não em igualdade dos povos como proclama a Carta das Nações Unidas. Razão por que é uma guerra em que o próprio Direito é um perdedor, um vencido.

É um dos momentos mais negros da humanidade na Europa, desde 1945. Um dos Estados-membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas invade o território soberano de um Estado: Ucrânia. As teses de reescrita da história também perderam, porque, na era digital e da informação, do acesso à informação, os protéticos aedos e sempre disponíveis seres ao serviço de autocratas e plutocratas ridicularizaram-se e demonstraram quão pequenos cientificamente são. Nada pior do que querer reescrever a história, porque a história encarrega-se de desmentir a reescrita. Nem a história reescrita justifica qualquer invasão e agressão a um Estado soberano reconhecido como tal pela ONU. E, quando se reescreve a história, olvidam-se pormenores essenciais de um povo ou de uma nação e, quantas vezes, como disse o Almirante Yamamoto, acordamos “uma nação adormecida”². E esse acordar é para o bem e para o mal, sendo que o agressor não tem algum direito a invocar quaisquer argumentos de contra defesa

² O Almirante Yamamoto comandou o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor e, na sequência desse ataque, disse aos seus imediatos: “Acabamos de acordar uma nação adormecida”. E, assim foi, os USA entraram na II Grande Guerra.

como pretendem fazer Putin e o seu grupo de apoio. Mesmo que venham a vencer militarmente, são vencidos pela história e pelo futuro.

A grande derrota ou os mais vencidos são as pessoas e as relações de confiança comunitárias. As pessoas, em especial civis e de entre estes as crianças, pessoas que morrem minuto a minuto, pessoas que têm sido massacradas, pessoas que têm sido vítimas de evidentes crimes de guerra – v. g., as últimas imagens de Bucha e Irpin para os que ainda duvidam da bárbara ação militar russa –, pessoas que tiveram de fugir e abandonar tudo – vida e história – para reconstruir nova vida e história ou para um dia voltar a essa vida e história. O estilhaçar das bombas simetricamente estilhaçam a vida de cada uma das pessoas, incluindo a dos jovens russos que ingenuamente são lançados para uma guerra de homens cobardes que se escondem em bunkers [fazer guerra com a vida dos outros é fácil] e das pobres mães que nada sabem dos seus filhos. Eis a grande derrota que esta guerra inflige e se agravará com a disseminação da desconfiança e do conseqüente ódio entre ucranianos e russos. Nenhuma paz trará madrugadamente a confiança que se quebrou.

Todos e tudo sairá vencido desta guerra.

2. Neste momento recordamos a ideia de Bobbio: *o poder sem direito é cego, mas o direito sem poder é um vazio*. Esta assunção reflete-se no caso concreto desta guerra – invasão ilícita à Ucrânia – por termos o exercício de um poder sem fundamento no Direito [princípios gerais do Direito, princípios gerais de cada ramo do Direito, direito positivo, jurisprudência e doutrina]. É um poder que faz do Direito internacional letra morta e atua quando e como entende, desrespeitando a ordem jurídica e os valores da humanidade: liberdade, vida e dignidade da pessoa humana.

As funções do Direito – garantia, segurança, coesão social e equilíbrio dos poderes em confronto –, de que tanto falamos aos nossos alunos, foram delatados por uma invasão como se estivessem em tempos de conquista e reconquista, séculos atrás, ou com uma teoria do espaço vital do nacional-socialismo agora avocado pelos que dizem querer desnazificar um território que tem como chefe supremo das forças armadas um judeu. O oxímoro do discurso bélico reflexa o oxímoro do discurso político e jurídico que tinha como base fundamentar uma agressão ilícita a um povo, a uma nação e a um território soberano.

A ausência de poder no Direito é uma consequência de *O Terceiro Ausente* de Bobbio. Esta obra, recheada de textos e pensamentos com muitos anos, deve ser lida e estudado por todos para percebermos o que está em causa: o terceiro é, acima de tudo, a ONU. Mas também

esse terceiro podem ser as várias organizações mundiais – políticas, jurídicas, económicas, culturais e desportivas – que deram guarida e aos poucos legitimaram um regime político autocrático e oligárquico que se dá ao luxo de ameaçar o mundo com o recurso à guerra nuclear.

Este ou esse *terceiro ausente* apadrinhou a teoria sistemática e a cultura do medo e de um *paneon* que rompe com todos os laços de coesão e confiança, germinando ódios e vinganças sem qualquer escrúpulo. Poder-se-á dizer que colocou em cima da mesa a velha-nova teoria do amigo e inimigo do Estado, cuja nova ordem mundial a desenhar não é mais do que uma ordem vestefaliana aperfeiçoada em blocos de decisão e de ação. Pois, *O Terceiro Ausente* colocou ou deu-nos a oportunidade de perceber que é ausente não por razões comunitárias e de bem comum, mas por razões individualistas de alguns e de um ou outro Estado ou por impotência crónica de instituições governadas por *A Ascensão da Insignificância* de Castoriadis.

A real consciencialização de *O Terceiro Ausente* está patente numa ONU que condena em discurso e não assume a dianteira das negociações de paz: palavras e não ações. Como seria importante que a ONU tivesse como lema *res non verba*. Se assim fosse, as negociações antes da invasão não estariam entregues a líderes de Estados, mas à ONU. Mas mesmo que não se quisesse imiscuir nessa fase prévia, que na nossa opinião é seu dever sob pena de estarmos perante uma ausência de poder, após o estalar da invasão devia ser o primeiro ator, melhor, *O Terceiro* presente.

O Terceiro presente têm sido países como a Bielorrússia e, nos últimos tempos, a Turquia. Israel apresentou-se para assumir o mediador do conflito e contribuir para a paz. Mas a ONU continua com discursos, com palavras e não com ações concretas. Que propostas já foram colocadas para rever o Estatuto de um membro permanente do Conselho de Segurança, parte beligerante, de modo que, desde o momento do início do conflito até à paz, não deve ter direito de votar e muito menos direito [poder] de veto. Decidir em causa própria é tudo menos direito, é poder sem direito.

Dir-nos-ão: as sanções económicas aplicadas por outros Terceiros presentes, como a União Europeia e Estados, como Canadá, Estados Unidos da América, Inglaterra, são manifestações e ações e não palavras. Sim. São ações e não apenas palavras. Mas todos atuaram tarde quando cientistas e pensadores há muito alertavam para o facto da excessiva dependência energética da Rússia e de deixar impunes os atos hediondos cometidos de forma indiscriminada na Chechénia e na Síria ter um custo futuro muito elevado para a humanidade. Os falibilistas foram apelidados de catastrofistas por atempadamente terem percebido que tudo estava em

crecendo e só estava à espera do momento para pôr em marcha o plano da reconstituição da Mãe Rússia.

Mas as sanções, que são posteriores à agressão, e *O Terceiro Ausente* não evitaram que milhares de pessoas perdessem a vida e milhões de pessoas fossem expulsas e se deslocassem para outros destinos em busca de um recomeçar. Não evitaram os espaços de não justiça e de não direito. Não evitaram que todos fossem e sejamos perdedores, porque há muito que somos vencidos. Haja consciência histórica para perceber que a tolerância tem limites e que há atos intoleráveis, como os de Grozni e de Aleppo, que nos obrigam a pensar que outra forma de olhar o mundo só protela a morte de milhões de pessoas.

Como D. Pedro I de Portugal tinha razão quando exclamou: *Quem tarde vence, sai vencido*.

Portugal, 4 de abril de 2022

Referências

Nota do Editor: Por se tratar de um Número Especial onde algumas contribuições são opiniões ou ensaios, alguns textos não apresentam Referências como usualmente ocorre nos artigos que são regularmente publicados na nossa Revista.